

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.463 - PR (2019/0194053-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : VIA VERDI VEICULOS LTDA**  
**ADVOGADO : ALUIR ROMANO ZANELATO FILHO - PR011635**  
**AGRAVADO : FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - MG076696**  
**CLAUDIO AKIHITO ITO - PR036514**  
**AGRAVADO : SOUL SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO**  
**LTDA**  
**ADVOGADO : CLAUDIO AKIHITO ITO - PR036514**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por VIA VERDI VEICULOS LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de VIA VERDI VEICULOS LTDA, o recurso especial não foi devidamente preparado, uma vez que não foi recolhida a importância devida a título de custas, de acordo com a legislação local, tampouco foram recolhidas as custas devidas ao STJ.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, "a parte recorrente deve comprovar, no momento da interposição do recurso especial, o recolhimento das custas e do porte de remessa e retorno devidos à União, bem como dos valores locais, estipulados pelo Tribunal de origem" (AgInt no REsp 1660202/SP, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, DJe de 27/02/2018).

Portanto, as "custas locais são devidas ao Tribunal de origem e pagas por meio da respectiva guia estadual" (AgInt nos EDcl no AREsp 1120489/PE, Rel. Ministra

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nancy Andrichi, Terceira Turma, DJe de 01/08/2018).

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Ainda, percebeu-se, no tribunal de origem, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 748/749), nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil, não regularizou o preparo quanto às custas locais, limitando-se ao recolhimento em dobro das custas do STJ, conforme consignado na decisão de fls. 756/758.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente